

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) Glauber Rodrigues de Araujo

O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA DIANTE DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: AS
IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO PARA A MISSÃO DE
ASSESSORIA NAVAL NA NAMÍBIA

Rio de Janeiro

2022

C-SUP 2022

O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA DIANTE DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: AS
IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO PARA A MISSÃO DE
ASSESSORIA NAVAL NA NAMÍBIA

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a
conclusão do Curso Superior.

Orientador:

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Senhor do Céu e da Terra. Sem ti nada seria possível. O Senhor é a minha força e a minha inspiração.

À minha esposa Michele e ao meu filho, João Pedro, agradeço a compreensão pela ausência, típica daqueles que buscam se aprofundar em altos estudos na busca por respostas para problemas acadêmicos. Saibam que vocês são e sempre serão a razão de tudo.

Aos meus pais, Onézio e Neusa, exemplos irrefutáveis de educação, dignidade e respeito, que foram responsáveis por forjar o meu caráter no decorrer do meu desenvolvimento e amadurecimento como homem e, ao meu irmão Leonardo, pela amizade e parceria de sempre.

Ao Vice-Almirante (FN) Rm1 Washington Gomes da Luz Filho, por compartilhar comigo sua experiência profissional e sua amizade ao longo de mais de 27 anos. A fortuna desse convívio foi a diferença para a minha exitosa jornada na Marinha do Brasil, de Soldado a Comandante.

Por fim, agradeço ao meu Orientador, CMG (FN) Rm1 Henrique Santos, pelo profissionalismo, atenção e esforço constantes, na árdua missão de orientar um Oficial a distância, do outro lado do Atlântico e, ao meu amigo, CF Alessandro de Paula Lima, pela atenção diuturna para com as minhas tarefas do Curso.

RESUMO

O Continente Africano, historicamente, sempre despertou o interesse das grandes potências, seja na busca por commodities e fornecimento de matéria-prima, seja pela procura de mão de obra abundante e barata e, por séculos, escrava. Como exemplos de registros de sua elevada relevância histórica, podemos citar, entre outros, o desbravador avançar português que ocorreu sobre o Magreb a partir do alvorecer do Séc. XV; a Conferência de Berlim ocorrida no Séc. XIX; ou até mesmo as novas disputas “neocolonialistas” que ocorrem nos dias atuais. Dessa forma, na busca por ampliação de influência e poder temos, atualmente, o expoente exemplo da China que, nas últimas décadas, tem se apresentado como um ator de elevada relevância no continente alvo de nosso estudo. Assim, neste trabalho, destacaremos as relações sino-namibianas que serão capazes de traduzir o modo como a China impõe suas vontades no “Continente Negro”. Vale ressaltar que a ampliação da presença chinesa concorre para a diminuição de espaços geopolíticos que são cada vez mais disputados por diferentes países na África, sendo um deles, inclusive, o Brasil. É nesse diapasão que estudiosos de Relações Internacionais apontam como uma das ferramentas que compõem o esforço geopolítico chinês, no continente africano, e em outras áreas do globo, uma nova teoria que vem lentamente ganhando espaço no meio acadêmico; a da “Armadilha da Dívida”. A partir dessa nova discussão se justifica a relevância deste trabalho que tem a pretensão de compreender se a expansão chinesa na Namíbia pode, em algum momento, se contrapor aos interesses geopolíticos brasileiros nesse país, inclusive com implicações para a Missão de Assessoria Naval que é fruto dos acordos de cooperação firmados, entre o Brasil e a Namíbia, a partir de 1994.

Palavras-Chave: África. Brasil. China. Dívida. Geopolítica. Namíbia. Missão de Assessoria Naval.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	- Ações Estratégicas de Defesa
BRI	- <i>Belt and Road Initiative</i>
CGN	- China General Nuclear Power Corporation
CIA	- Central Intelligence Agency
DMN	- Doutrina Militar Naval
ELPC	- Exército de Libertação Popular da China
END	- Estratégia Nacional de Defesa
GAT-FN	- Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais
GRN	- Governo da República da Namíbia
IFRI	- Instituto Francês de Relações Internacionais
INACE	- Indústria Naval do Ceará
LBDN	- Livro Branco de Defesa Nacional
MAN	- Missão de Assessoria Naval
MB	- Marinha do Brasil
NUNW	- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Namíbia
OBOR	- <i>One Belt, One Road</i>
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ON	- Objetivos Nacionais
OND	- Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	- Organização das Nações Unidas
OpPaz	- Operações de Paz
ORIP	- Orientação Permanente
PEM	- Plano Estratégico da Marinha
PIB	- Produto Interno Bruto
PMN	- Política Marítima Nacional
PND	- Política Nacional de Defesa
RI	- Relações Internacionais
SADC	- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Política de Empréstimos da China.....	14
Figura 2 –	Principais Parceiros Comerciais da Namíbia.....	20
Figura 3 –	Ranking da Produção de Energia Nuclear.....	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA – de Portugal à China.	9
2.1 Precedentes históricos - Do avanço português a Partilha da África.....	10
2.2 Um ponto de inflexão para a África – Conferência de Berlim (1884-1885).	11
2.3 O conceito de “Armadilha da Dívida”. A estratégia geopolítica-econômica da China... ..	13
2.4 O “neocolonialismo” chinês. A projeção do poder geoeconômico da China sobre a África.	16
2.4.1 A influência do poder econômico da China na Namíbia.....	18
2.4.2 A influência militar da China na Namíbia e os conflitos de interesse.	23
3 OS ANSEIOS GEOPOLITICO-MILITARES BRASILEIROS	26
3.1 A visão geopolítica militar brasileira voltada ao Atlântico Sul.....	27
3.2 A Costa Oeste Africana como limite leste da visão geopolítica militar brasileira.	30
3.3 A Missão de Assessoria Naval na Namíbia a partir dos Tratados de Cooperação Naval e na Área da Defesa, firmados a contar de 1994.	32
4 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	42

1 INTRODUÇÃO

A história da África se confunde com a história da humanidade, sendo esse continente, por consenso científico, seu mais provável berço. Com relação aos interesses geopolíticos, sob os aspectos econômico e militar, esse território tem despertado há muito a ambição dos principais atores globais, na busca da ampliação de suas influências.

É assim que, de Portugal à China, o desejo pela conquista da África manteve-se sempre presente e de forma crescente. Esse interesse passou por variações de semântica ou de justificativas que tentaram, através dos séculos, dar uma roupagem mais palatável ao tipo de domínio o qual se pretendia.

Nesse contexto, a Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885, foi um marco importante que teve como objetivo debater a partilha do Continente Africano pelas nações hegemônicas do último quartel do século XIX.

Já na atualidade, para compreendermos os impactos da política econômica chinesa em sua corrida “neocolonialista” na África, mais precisamente na Namíbia, precisaremos fazer uma pequena pausa no decorrer deste trabalho para explorarmos um novo conceito que vem se fazendo presente nos estudos da área de Relações Internacionais (RI), e que hoje é denominado de a “Armadilha da Dívida”.

A partir do entendimento desse conceito poderemos inferir os impactos econômicos e, até mesmo, militares da geopolítica chinesa em território namibiano.

Contudo, não só a China possui interesses nessa região. A própria geopolítica brasileira entende que o Atlântico Sul e a costa oeste africana fazem parte de seu entorno estratégico, sendo a Namíbia, também, parte importante desse cenário de disputas (PND, BRASIL, 2020).

É importante frisar que o Brasil possui relações bilaterais com a Namíbia antes mesmo da sua independência (CASTRO, 1981) e que conserva, com esse país africano, uma série de acordos, dentre os quais estão ativos os de Cooperação Naval e de Domínio na Área da Defesa, entre outros (BRASIL, 2021).

Assim, o presente estudo se justifica na busca de se compreender quais seriam as implicações dos interesses chineses na região, para a geopolítica brasileira, tendo como objetivo responder a seguinte questão: Quais as implicações da expansão chinesa na costa

oeste da África, a partir dos Acordos de Cooperação Naval e na Área da Defesa, firmados entre o Brasil e a Namíbia, que possam produzir reflexos para a Missão de Assessoria Naval?

A breve pesquisa está estruturada em quatro capítulos: um de introdução, dois capítulos centrais e um de conclusão. No segundo capítulo, dividido em quatro seções e duas subseções, serão abordados os precedentes históricos do interesse das grandes potências na África, de Portugal à China. Em uma de suas seções observaremos um ponto de inflexão famoso – a Conferência de Berlim. Seguiremos no mesmo capítulo na busca de compreendermos, também, o conceito de “Armadilha da Dívida” e os aspectos do neocolonialismo chinês que traduzem a projeção de seu poder geopolítico sobre a África, com influências econômicas e militares para a Namíbia.

Já no terceiro capítulo, dividido em três seções, reforçaremos sob a ótica da geopolítica brasileira a atenção dada ao Atlântico Sul e a costa oeste africana. Para tal utilizaremos os documentos condicionantes de alto nível que orientam e guardam a direção estratégica a ser seguida pela Marinha do Brasil (MB). Já na última seção do capítulo, buscaremos demonstrar a importância da Missão de Assessoria Naval como fruto dos acordos de cooperação firmados, a partir de 1994, entre o Brasil e a Namíbia.

Finalmente, para alcançarmos o objetivo descrito, ressalta-se que esse trabalho buscou a abordagem metodológica de características qualitativas, podendo se nomear esta pesquisa, também, como bibliográfica exploratória. Segundo Gil (2007), uma pesquisa exploratória busca metodologias que costumam envolver, entre outros aspectos, levantamentos bibliográficos analisando exemplos que incentivem a compreensão, como veremos em sequência.

2 O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA – de Portugal à China.

Neste capítulo, buscaremos demonstrar o histórico interesse das grandes potências na África, a partir da primeira metade do século XV, tendo como ponto de largada o início das grandes navegações. O intuito é aguçar o leitor, sobre o quão relevante é a África, reforçando o fato de terem sido os portugueses uma das primeiras nações que compreenderam a importância do posicionamento daquele continente, para o êxito de intentos marítimos que buscassem novas rotas comerciais.

A partir daí seguiremos em breve percurso histórico até a Conferência de Berlim, ocorrida entre os anos de 1884 e 1885, a qual ficou popularmente conhecida como a “Conferência da Partilha da África”. Destacamos essa conferência como fato marcante tendo em vista os profundos impactos que produziu nas áreas sociais, culturais, geográficas e econômicas do continente.

Mais adiante buscaremos descrever, de forma sucinta, o conceito de “Armadilha da Dívida”. Este conceito tem por definição as ações de coerção político-econômicas utilizadas por países imperialistas, na busca por impor suas vontades sobre as nações subdesenvolvidas, que possuam acentuada fragilidade financeira.

Por fim, ainda neste capítulo, descreveremos as características da expansão da política externa chinesa na costa oeste da África, mais precisamente na Namíbia, que é o recorte geográfico central de nossa pesquisa, e os possíveis impactos geopolíticos dessa expansão, sob a ótica dos aspectos econômico e militar.

2.1 Precedentes históricos - Do avanço português a Partilha da África.

Seguindo sua vocação marítima, Portugal por estar encurralado pelo mar na península ibérica necessitava encontrar uma saída para não ser sufocado comercialmente por outros poderosos países europeus, ora estabelecidos na faixa continental. Assim, impelidos pela geografia e pela necessidade de subsistência, os portugueses fizeram de tudo para se tornarem o cais mais importante daquela época, do qual se poderia partir em busca de promissoras terras desconhecidas (CASTRO, 1981).

A História também guarda que, naquele período, as relações geo-históricas existentes entre a península ibérica e Itálica, com o norte africano ou Magreb¹”, ficaram amplamente abaladas em virtude das crescentes disputas regionais (CASTRO, 1981). Esse foi o prefácio dos problemas os quais o pujante comércio português deveria buscar solucionar, através da Idade Média, com o objetivo de unir as Índias com as cidades-repúblicas da Itália no século XV (CASTRO, 1981).

¹ O Magreb é a região noroeste da África que é composta por Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Disponível em: <https://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/223-em-analise-magreb>. Acesso em 18mai. 2022.

Assim, impulsionados por esse contexto, os portugueses foram os primeiros europeus a chegarem ao continente africano, sendo os últimos a saírem. “Dizer que a presença de Portugal na África foi duradoura é um eufemismo” (NATUSCH, 2019), pois desde o início das grandes navegações, até o último quartel de meados de 1970, Portugal foi a nação que por mais tempo esteve presente no continente africano.

Nesse diapasão, a renomada geógrafa brasileira Therezinha de Castro (1981) entendia que a parte mais ocidental do Magreb seria a ponte para a conquista da África por parte de Portugal, sendo esse território o conseqüente *pivô* para a descoberta do caminho marítimo para as Índias.

Ainda segundo Castro (1981), vale ressaltar que aquela era uma época de intensas disputas pela descoberta de novas rotas comerciais. Nessa busca, as principais nações expansionistas visavam ampliar suas capacidades exploratórias, sendo o mar um dos principais palcos das contendas geopolíticas no século XVI.

Já no século XVII, a conquista e a estabilização do continente africano era fator cada vez mais determinante para a consolidação dos anseios comerciais dos europeus ainda na busca pela melhor rota para as Índias. Nesse contexto, o administrador colonial neerlandês Jan Van Riebeeck chegou à região² da atual Cidade do Cabo, em 6 de abril de 1652, fundando-a (WORDEN et al., 2002).

Da mesma forma, durante todo o transcorrer do século XVIII, devido a elevada importância e as crescentes disputas entre os países expoentes, o continente africano seria palco de contendas cada vez maiores, fazendo emergir a necessidade de se promover uma convenção amplamente regulatória e conciliatória que trouxesse harmonia para as relações internacionais.

É nesse contexto que surge a Conferência de Berlim.

2.2 Um ponto de inflexão para a África – Conferência de Berlim (1884-1885).

No século XIX, os impérios coloniais europeus na América Latina eram postos a prova. As colônias lutavam por independência e liberdade desejando se tornarem novos

² Essa região foi a primeira a receber um assentamento europeu permanente na África do Sul, que era porção estratégica ao sul da África e que se tornou fundamental para o apoio aos navegantes que buscavam circum-navegar o continente até seu objetivo maior, as Índias (WORDEN et al., 2002).

Estados autônomos (SILVA, 2014). Destarte, mais uma vez, as elites europeias estavam diante da necessidade de buscar novos meios para manter o seu *status* econômico e social. Elas novamente lançavam-se à busca de recursos naturais e de facilitada mão de obra, renovando o apetite europeu pela África que há séculos lhe serviu de fornecedora de mão de obra escrava para o trabalho forçado nas lavouras e minas da América Latina (SILVA, 2014).

Essa elite, voltando seus olhos de maneira ainda mais aguçada para a África, impelidos pela Revolução Industrial, usava o pretexto da curiosidade científica e da procura crescente por produtos tropicais com o objetivo de endossar seu desejo colonialista (PORTUGAL, 2020).

É nesse momento que surgem as Sociedades de Geografia³ que foram responsáveis pela consolidação da luta contra a escravatura e o desejo europeu de ampliação de sua hegemonia na África (PORTUGAL, 2020).

Vale também citar que, nesse emaranhado de disputas, entre os anos de 1845 e 1884, houve um incremento de uma série de contendas envolvendo a “partilha” do continente africano por parte dos países expoentes que estavam na corrida por quinhão daquele continente (PORTUGAL, 2020). Inclusive, para Therezinha de Castro (1981), o ano de 1870 poderia servir de ponto de partida na busca por se compreender a África, ainda não completamente partilhada, como palco de impetuosas disputas internacionais que envolviam as nações hegemônicas do Norte.

É nesse período turbulento que surge a ideia de se realizar uma conferência internacional com o objetivo de amenizar as disputas que persistiam a respeito dos autoproclamados direitos naquele continente, sendo o primeiro a sugerir essa possibilidade o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, José Vicente Barbosa du Bocage (PORTUGAL, 2020). Contudo, não seria o governo português, por meio de seu ministro, aquele que iria concretizar o ideal de se realizar uma conferência de amplo aspecto, pois poucos dias após du Bocage suscitar a referida possibilidade, em 15 de novembro de 1884, enfim a conferência foi realizada pela França e pela Grã-Bretanha, tendo como organizador e articulista, o Chanceler da Alemanha, Otto Von Bismarck (PORTUGAL, 2020).

³ As sociedades de geografia foram expedições que partiram da Europa, a exemplo, França e Inglaterra, com destino para regiões quase desconhecidas da África e da Ásia, com o objetivo de levar conhecimento para povos “bárbaros”. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/geografia-e-colonialismo_thiago-henrique.pdf. Acesso em 22mai. 2022.

É nesse contexto, e com a participação de 14⁴ países, que se inicia a Conferência de Berlim. Assim, as rodas de negociações ocorreram entre os dias 15 novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, sendo responsáveis por delimitar regras e estabelecer variados acordos, sempre com o objetivo de regular o apoderamento da África pelas nações hegemônicas (PORTUGAL, 2020). Essa Conferência é considerada a mais importante no que se diz respeito a exploração do Continente Africano e visava, em complemento, regular o Direito Internacional Colonial.

Um ponto interessante, e curioso, é que ela ficou popularmente conhecida como a “Partilha da África” ao garantir *status* de legalidade ao neocolonialismo responsável pela desigual exploração dos povos africanos, principalmente por países europeus (SILVA, 2022). Vale frisar que ela possuía como principal temática o preceito de que não haveria o reconhecimento da posse sem a efetiva ocupação do território, deixando de prevalecer o direito histórico em substituição do antigo sistema do Pacto Colonial (CASTRO, 1981).

Assim, demonstrada a importância histórica do continente africano, seria interessante neste ponto do nosso trabalho realizarmos o seguinte questionamento: Estaria novamente aberta a corrida para a “reconquista” da África no século XXI? É o que tentaremos responder na seção seguinte.

Contudo, antes faremos uma pequena pausa para apresentarmos um conceito que vem ganhando força entre os estudiosos de RI nas últimas décadas, e que será de vital importância, ao final do trabalho, para solucionarmos o nosso problema de pesquisa: O conceito de “Armadilha da Dívida”.

2.3 O conceito de “Armadilha da Dívida”. A estratégia geopolítica-econômica da China.

O conceito de “Armadilha da Dívida” vem sendo amplamente difundido e surgiu na busca de se tentar explicar a crescente influência política que determinados países hegemônicos têm sobre países mais pobres e com baixa infraestrutura.

⁴ Os 14 PAÍSES que fizeram parte da Conferência de Berlim foram: Itália, França, Grã-Bretanha, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Império Otomano (atual Turquia), Portugal, Bélgica, Holanda, Suécia, Rússia e Império Austro-Húngaro (atuais Áustria e Hungria). Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/256/o-que-foi-a-conferencia-de-berlim#:~:text=Foi%20um%20evento%20que%20ocorreu,\(atuais%20%C3%81ustria%20e%20Hungria\)](https://novaescola.org.br/conteudo/256/o-que-foi-a-conferencia-de-berlim#:~:text=Foi%20um%20evento%20que%20ocorreu,(atuais%20%C3%81ustria%20e%20Hungria).). Acesso em: 22mai. 2022.

Entendermos tal conceito torna-se importante a partir do momento em que precisamos buscar compreender se a política de expansão econômica chinesa, sobre o continente africano, como veremos mais a frente, se enquadraria ou não nessa hipótese.

Assim surge, na década de 2010, o conceito apresentado em que algumas nações poderiam se tornar expostas à diplomacia da “armadilha da dívida”, na qual os países credores usam dívidas fabricadas a partir de empréstimos facilitados, com altos juros, para alcançar seus objetivos políticos-estratégicos (SHAREAMERICA, 2019).

Nesse contexto, uma nação credora pode usar essa alavancagem financeira com o objetivo de auferir vantagens, tais como: acesso facilitado a bens e infraestruturas estratégicas; autorização para extração de recursos minerais valiosos; ou, até mesmo, incremento de sua influência política, impelindo governos autônomos a caminharem na direção que lhes seja mais favorável.

Desse modo, encurralados pelas dívidas assumidas, os países devedores são forçados a seguir as ordens das nações credoras, renunciando, por vezes, a parte de sua soberania, o que lhes coloca em uma condição ainda mais desigual. Ainda segundo um relatório produzido em 2018 por acadêmicos da Harvard Kennedy School, fica evidente que as desvantagens políticas e econômicas para os países que caem nessa “armadilha financeira” são realmente avassaladoras, podendo produzir reflexos negativos, e por vezes até irreversíveis (PARKER; CHEFITZ, 2018).

Usando o mesmo conceito, recentemente em uma entrevista para a BBC, Richard Moore⁵ disse que a China usa da "Armadilha da Dívida" na busca por controlar as decisões internas de países em desfavorável condição econômica (WANG, 2022).

Reafirma Wang (2022) que é nesse contexto, que há tempos os chineses têm chamado a atenção da comunidade internacional por sua agressiva política financeira (Figura 1) junto as nações mais empobrecidas de seu entorno estratégico. Contudo, ressalta-se que essa alegação vem sendo negada pelos chineses que reiteradamente dizem ser uma acusação falsa.

Não obstante, é quase senso comum para os estudiosos da área de RI que o regime do Presidente Chinês, Xi Jinping, se faz valer de uma política de dívidas projetadas para

⁵ Richard Moore é Chefe da Agência Britânica de Inteligência MI6 (WANG, 2022).

convencer vários países de baixa renda a aceitar ofertas, quase que irrecusáveis, de abertura a influência de seu governo (SHAHEEN, 2020).

Segundo Shaheen (2020) a principal ferramenta dessa estratégia é a iniciativa “*One Belt, One Road*” (OBOR), que se trata de um programa de trilhões de dólares projetado com o objetivo claro de fomentar a influência chinesa por meio de uma série de investimentos no exterior.

A apresentação ao público dos planos a serem reunidos na OBOR, e que posteriormente foi renomeada para “*Belt and Road Initiative*” (BRI), teve suas origens no período compreendido entre setembro e outubro de 2013, por ocasião das visitas diplomáticas de Xi Jinping a dois países da Ásia Central (Cazaquistão e Indonésia) (SHAHEEN, 2020).

Nessa visita ao Cazaquistão, o Presidente Xi Jinping anunciou o desejo de implementar a nova política do “*Silk Road Economic Belt*”, com o objetivo de unir o oeste da China à Europa, à Rússia e à Ásia Central/Ocidental (ASEAN) (IPEA, 2021). Em continuidade, ao passar pela Indonésia, o presidente chinês assinalou o seu interesse de implementar a “*21st Century Maritime Route*” (21st CMR), abrangendo a China e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (IPEA, 2021).

Cai (2017) também reafirma que o estímulo de se criar um *Belt*, “Cinturão”, buscou sobretudo unir o oeste chinês à Europa, através da Ásia Central, como artérias que permitissem a irrigação econômica, ao mesmo tempo que a *Road*, “Rota”, buscava unir as regiões ao sul da China ao Sudeste Asiático, fazendo-se valer da construção de ferrovias e de infraestrutura portuária.

Shaheen (2020) também apresenta, como exemplo dessa iniciativa chinesa, a ação estratégica de caráter similar que imperou intensamente no Sri Lanka, país onde atualmente os chineses controlam um importante porto estratégico. A autora, novamente nos brinda, em complemento, com o caso do Djibuti, que seria mais um exemplo de sucesso da política de endividamento chinês que rendeu, àquele país, o controle de uma instalação militar e de mais um porto naquela região.

Esse padrão vem sendo replicado em outras áreas de interesse do governo chinês, também no Pacífico Sul. Podemos citar o exemplo de Tonga, nação empobrecida da polinésia com 106 mil habitantes (SHAHEEN, 2020).

Mais uma vez, para se ter uma ideia da fragilidade econômica dos países alvos prioritários da política econômica chinesa, reforçamos o baixo potencial econômico de Tonga que, em 2018, teve o PIB registrado de aproximadamente, apenas, US\$ 450 milhões, o que equivale ao que a *Texas A&M University* necessitou para reformar o estádio do seu campus (SHAHEEN, 2020).

Ainda como reflexo da estratégia de endividamento promovido pela China, ressalta-se que os países que necessitam de empréstimos ou de perdão de suas dívidas são obrigados a aderirem ao programa OBOR (SHAHEEN, 2020).

Destarte, poderíamos seguir citando outros exemplos a fim de tentarmos caracterizar parte do padrão da política econômica expansionista chinesa, tais como a sucessão de volumosos projetos de restauração maciça de terras em áreas litigiosas no Mar da China Meridional (SHAHEEN, 2020) entre várias outras, mas estaríamos fugindo do escopo principal de pesquisa deste trabalho.

Igualmente acreditamos que até aqui já ficou claro, para o leitor, que a China ao mesmo tempo em que iniciou a sua estratégia expansionista “neocolonialista”, com base em sua expressiva capacidade financeira, buscou pavimentar os caminhos que a levassem rapidamente até o domínio de regiões as quais aquele país considerava importantes para a manutenção e ampliação de sua hegemonia mundial.

Dessa forma, devemos seguir em frente, após os exemplos enunciados, para em seguida realizarmos outra importante pergunta. Mas e na África, objeto central de nosso estudo, tais políticas chinesas se aplicariam? É o que buscaremos entender na próxima seção deste capítulo.

2.4 O “neocolonialismo” chinês. A projeção do poder geoeconômico da China sobre a África.

Para Chris Alden (2013), a ascensão da China, de uma revolução na década de 1950, para seu surgimento como importante ator econômico e político global na última década, pode ser considerada uma das características definidoras do século XXI.

Reforça esse entendimento Antônio Fernando Borges (2022, p. 02), que afirma que “nos últimos 20 anos a China passou de sexta para segunda economia do mundo, com as projeções indicando que será a primeira antes do final desta década”. Para o autor, o divisor de águas foi a adesão dos chineses à Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida

dezembro de 2001, momento no qual entusiastas dessa adesão, entre eles o então presidente americano Bill Clinton, defenderam que “a liberdade econômica” também poderia levar à abertura política (BORGES, 2022).

Nesse diapasão, segue Alden (2013), chamando-nos a atenção de que rapidamente as principais economias industrializadas do Norte mudaram seu entendimento acerca dos objetivos chineses. Para o autor, a abertura econômica da China passou rapidamente de um consenso, referente a sua adesão à economia de mercado, para a frustração da concorrência desleal chinesa perante o cenário comercial internacional.

Em complemento, segue o mesmo autor compreendendo que esse fato é ainda mais claramente visível na África, reforçando o fato de que esse era um continente que estava à margem dos planos internacionais até depois do fim da Guerra Fria (ALDEN, 2013).

Já Ian Taylor (2006) entende que as relações sino-africanas há muito não devem ser desprezadas nas avaliações sobre a política mundial. Para ele, essa relação de duplo interesse é alimentada pelo crescente busca da China por recursos energéticos e o desejo de muitos países africanos de encontrar um parceiro que, ao contrário do Ocidente, não se preocupe com democracia e transparência e não procure impor condicionalidades políticas às relações econômicas.

Segue ALDEN (2013) chamando a atenção, também, de que o comprometimento inequívoco da China com o continente africano, baseado em seu apoio histórico na busca pela soberania de boa parte dos 54 países que fazem parte da África, aliado a progressiva ampliação do poder econômico exercido por Pequim, cooperou para estimular as economias continentais por meio de novos fomentos financeiros que passam pela abertura de expressivas oportunidades comerciais.

De fato, vale ressaltar que uma das relações internacionais mais instigantes dos últimos decênios está sendo a crescente demanda pelo estabelecimento de infraestruturas de base, que levem progresso a África, e as tendências geopolíticas e econômicas da China.

Nessa direção, em matéria no site da BBC News Brasil (2013), pesquisadores dos EUA já apontavam que a China havia destinado um total de US\$ 75 bilhões entre 2003 e 2013 em “planos de ajuda” e “desenvolvimento” com o objetivo de garantir seu peso político, também, naquele continente.

Em complemento, outras questões são importantes de serem citadas, devido a sua relevância, no que diz respeito a aproximação sino-africana. As áreas de segurança

estratégica e energética, bem como a de segurança marítima, fazem parte, cada vez mais, das agendas bilaterais assumidas pela China com os países africanos – como alerta Fantu Cheru e Obi (2010). Para eles, a China está cada vez mais empenhada em buscar seus interesses em petróleo e gás na África.

Ainda para Fantu Cheru e Obi (2010), tal tendência é demonstrada inclusive pela crescente projeção do poder militar dos chineses nesse continente em resposta a uma projeção semelhante da Rússia e dos Estados Unidos.

Cheru e Obi (2010) ainda consideram que, nessa relação, alguns aspectos negativos já podem ser observados pela população da maioria dos países africanos. Para eles, os antecedentes negativos das relações comerciais e de trabalho, tais como baixos salários e insalubres condições de segurança laboral são, para os cidadãos locais, fatores demeritórios facilmente perceptíveis nessa relação. Soma-se a isso o forte impacto negativo dos baixos preços dos produtos chineses que pressionam e asfixiam a indústria africana, inclusive tendo reflexos para os meios de subsistência populares (CHERU; OBI, 2010).

Assim, tais condições aparentemente só têm sido vantajosas para as classes sociais mais elevadas que se beneficiam da situação de estarem próximas aos decisores e ao poder.

Por fim, como veremos na subseção seguinte, tal influência chinesa também tem sido observada na Namíbia, país com o qual o Brasil possui uma série de acordos de cooperação.

2.4.1 A influência do poder econômico da China na Namíbia.

Na busca por se libertar do regime opressor do apartheid⁶, a Namíbia proclamou sua independência da África do Sul, em 21 de março de 1990. Até então, os brancos dirigiam o país e eram os donos das terras sendo, também, os responsáveis pelas empresas de mineração locais e dos ativos industriais da nação (KENNEDY, 2017).

Contudo, para entendermos melhor a história de independência da Namíbia, faz-se mister compreendermos a influência chinesa nesse quinhão do território africano.

⁶ O Apartheid foi o “Sistema de segregação sistemática dos negros na África do Sul, imposto pela minoria branca e oficial até 1994”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/apartheid>. Acesso em: 23mai. 2022.

Nesse contexto é importante voltarmos ao ano de 1960. Foi nesse ano que surgiram dois grupos que fomentariam a independência da Namíbia, SWANU e SWAPO⁷, tendo o segundo grupo, tempos depois, despontado como o líder do movimento separatista. Esses movimentos tinham características esquerdistas-comunistas-marxistas e foram, inicialmente, financiados pela China que também prestou apoio técnico e moral para a resistência (KENNEDY, 2017).

Vale ressaltar que, mesmo após a conquista da soberania do país, a China e a Namíbia continuaram em estreitas relações bilaterais que duram até hoje.

Corroborar tal afirmativa o Of. nº 901/2021 da Secretaria Geral da Presidência da República Federativa do Brasil, que foi responsável por encaminhar ao Senado Federal o nome da Ministra Vivian Loss Sanmartin⁸ para assumir o cargo de Embaixadora do Brasil na Namíbia. Esse ofício, em um dos seus anexos, deixa claro que a China é parceira histórica da Namíbia desde os primórdios de sua luta pela emancipação política e reforça que a presença de chineses sempre foi expressiva em território namibiano, tendo aumentado nos últimos anos (BRASIL, 2021).

Mas quais seriam os reflexos da parceria China X Namíbia?

Para El Obeid e Mendelsohn (2021), a Namíbia desde a sua independência, em que pese a formação turbulenta, era considerada um dos países mais promissores da África. Para os autores, sua constituição progressista, sua transição democrática, sua economia relativamente estável e seu acesso ao status de país de renda média alta em 2009, eram características marcantes que apontavam, até então, para um profícuo desenvolvimento. Esses destaques foram, inclusive, responsáveis por outorgar em 20 de novembro de 2014 o Prêmio Ibrahim de Boa Governança⁹ ao Presidente namibiano, Hifikepunye Pohamba.

Também corroboravam com as previsões positivas de desenvolvimento o fato de a Namíbia possuir solo rico em minerais nobres que incluem urânio, cobre, zinco, ouro e pedras preciosas. Tal condição geológica de fortuna fez com que a mineração fosse, por

⁷ SWANU e SWAPO foram os dois grupos separatistas guerrilheiros responsáveis por buscar a emancipação da Namíbia, perante a África do Sul. O SWAPO tornou-se um partido hegemônico e está no poder desde a independência da Namíbia. Disponível em: <https://www.dw.com/en/difficult-past-clouds-namibias-30-years-of-independence/a-52819973>. Acesso em: 04jun. 2022.

⁸ O Senado Federal Brasileiro aprovou no dia 30 de novembro de 2021 o nome da Ministra Vivian Loss Sanmartin para assumir o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia (BRASIL, 2021).

⁹ O Prêmio Ibrahim de boa governança foi criado em 2007, sendo entregue anualmente com o objetivo reconhecer líderes africanos que tenham dado provas de excelência na gestão e liderança política. Disponível em: <https://www.dw.com/en/ibrahim-leadership-award/a-16310078>. Acesso em: 29mai. 2022.

vocação, desde o início, a espinha dorsal da economia namibiana, contribuindo com 12,5% do PIB e mais de 50% dos ganhos na exportação. Esse país também é o quarto maior produtor de urânio do mundo e está entre os 10 maiores de diamantes¹⁰ (EL OBEID; MENDELSON, 2021).

Apesar disso, em que pese o país ter feito progresso em várias áreas, hoje não é considerado tão promissor. Atualmente, o Governo da República da Namíbia (GRN) enfrenta importantes desafios, tais como: os elevados índices de corrupção; a irregular implementação democrática; a acentuada desigualdade social e, até mesmo, a precária oposição ao principal partido do país que está no poder (EL OBEID; MENDELSON, 2021).

Reforçam El Obeid e Mendelsohn (2021) que a Namíbia está em recessão desde 2016 e que a desvalorização internacional dos preços das suas commodities, agravada por uma seca que durou por um amplo período, foram responsáveis pela queda de seu PIB por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, agravando o desemprego que chegou a absurdos 33,4% de sua população em 2021.

É nesse contexto no qual o GRN vem apresentando dificuldades econômicas, que as relações bilaterais de múltiplo aspecto com a China se intensificam e se fortalecem.

Como já vimos, desde a sua independência a Namíbia sempre esteve alinhada com a China e, nos últimos anos, ambos os países têm buscado ampliar gradualmente “seus laços nos setores **econômico**, político, **militar** e de segurança” (EL OBEID; MENDELSON, 2021, p. 19, grifos nossos).

Essas estreitas relações podem ser observadas tanto por meio da oferta de bolsas de estudo para jovens namibianos se qualificarem na China, sob coordenação do Ministério da Educação Namibiano (CONSULADO NAMIBIA-RIO, 2015), quanto no número elevado de chineses que vivem no país e que saltam aos olhos. Segundo o Ministério de Assuntos Internos e Imigração da Namíbia, existem ao menos 100.000 chineses vivendo em solo namibiano, o que equivalia a 4,3% da sua população total de 2,35 milhões em 2017 (KENNEDY, 2017). As dimensões desses números são expressivas pois essa é uma porcentagem maior do que a de alguns grupos tribais nativos desse país.

Na área econômica, dados estatísticos extraídos do site da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos da América (USA) deixam claro a importância da parceira comercial entre ambos os países. Nele, a China aparece como a principal parceira comercial

¹⁰ O turismo e o pescado processado também têm papéis relevantes, mas não foram encontrados dados precisos sobre qual o tamanho da fatia de sua participação na economia.

da Namíbia com fatia de negócios correspondente a 27%, seguida pela África do Sul, 18%; Botswana, 8% e Bélgica, 7% (Figura 2).

Também em rápida consulta a outro site, o do Consulado da Namíbia no Rio de Janeiro, é possível encontrar dados que evidenciam os aportes financeiros da China à Namíbia como parte decorrente da ampliação da política externa econômica chinesa naquele território. Nesse site se podem extrair informações de que já em 2015 esse país africano era o lar de mais de 40 empresas chinesas que faturavam cerca de US\$ 4,6 bilhões por ano (CONSULADO NAMIBIA-RIO, 2015).

Para termos uma ideia de o quão significativo é o valor faturado pelas empresas chinesas, apenas no ano de 2015, podemos simplesmente cotejar com os valores que Kennedy (2017) relatou em seu artigo *China in Namíbia*. Segundo o autor, US\$ 4,6 bilhões são aproximadamente o mesmo montante que a China aportou na Namíbia, desde a sua independência (1990) até 2017, com o objetivo de construir inúmeras obras de infraestrutura de base.

Tais valores saltam ainda mais aos olhos quando comparados com o PIB da Namíbia no ano de 2020, pois ele equivale à metade de todas as riquezas produzidas pelo país – US\$ 10,7 bilhões – “para o período dos primeiros 12 meses do início da pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2021, p. 22).

Voltando ao portal do Consulado da Namíbia-Rio (2015), podemos abstrair, também, que os altos lucros auferidos pelas 40 empresas chinesas, conforme citado, tiveram como suporte, em tese, as bases do Acordo de Proteção Recíproco de Investimentos firmado por ambos os países ainda em 2005. Tal pacto, de acordo com matéria disponibilizada no referido site serviu, em parte, para que a embaixada chinesa encorajasse que as suas empresas continuassem a aumentar seus investimentos no país sob o pretexto, sobretudo, do aprofundamento da cooperação com as empresas namibianas, com o objetivo secundário de absorção de mão de obra local.

Todavia, esse acordo iniciado em 2005 só parece ser positivo para o governo chinês, pois, como veremos mais a frente, até hoje permanecem presentes as queixas das construtoras locais que consideram desleal a concorrência com empresas chinesas.

Contribuindo para essa afirmação, Melber (2018) considerava que as mesmas empresas chinesas que garantiram participações expressivas em vários setores após a independência da Namíbia e que se estabeleceram sob a égide de estarem apoiando o

desenvolvimento do país em complemento as empresas namibianas, rapidamente, após algum tempo, foram apontadas como predatórias pelas próprias empresas locais.

Dentre os principais setores cobertos de forma majoritária por essas empresas e que, conseqüentemente, afetam as empresas locais, está o do setor de obras públicas responsável por fatia considerável de geração de recursos para a indústria de construção do país. É nesse setor que as empresas chinesas dominam a concorrência nas licitações para construção de edifícios de escritórios, de estradas, de ferrovias, de portos e de reformas e ampliações de aeroportos (MELBER, 2018).

O impacto negativo é sentido, até mesmo, com a ampliação da oferta de trabalho e a rápida absorção de mão de obra, pois o contínuo e alto desemprego rotativo, aliado as disparidades brutais na distribuição de renda entre os namibianos contribuíram, inclusive, para o aparecimento de um sentimento “anti-chinês” nas parcelas mais baixas da sociedade (MELBER, 2018).

Cita Melber (2018) que a acentuada participação das companhias chinesas, principalmente, no setor de obras estatais, resultou em críticas públicas por parte do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Namíbia (NUNW). Vale citar que tal sindicato é afiliado à SWAPO e sempre esteve historicamente alinhado às políticas públicas do GRN.

Nesse ínterim, outra área estratégica da Namíbia tem sido amplamente afetada pelas empresas da China. Meredith J Deboom (2018) relata que a extração de urânio na mina namibiana de Husab, segunda maior mina desse segmento no mundo, é o maior investimento do governo chinês na África até o momento, já tendo a China desembolsado valores na ordem de US\$ 5 bilhões.

Não podemos nos esquecer de que o Urânio é um recurso altamente estratégico para vários países hegemônicos do globo e que os chineses têm buscado estar à frente também nessa corrida.

É nesse contexto que a China tem buscado se tornar, até 2025, a segunda maior produtora de energia nuclear do planeta, depois dos EUA. Hoje ela se encontra atrás da França, possuindo 54 reatores nucleares (Figura 3) com capacidade de produção de 50789 megawatts (VALOR ECONÔMICO, 2022).

Lembra Deboom (2018) que o GRN nessa empreitada, por não possuir capacidade técnica para extração em grande escala do precioso mineral, ficou com apenas 10% de participação total da mina de Husab por meio da sua nova empresa estatal, Epangelo. Cita a

autora que a Namíbia adquiriu essa participação após quase um ano de rodadas de negociação com a estatal chinesa, China General Nuclear Power Corporation (CGN)¹¹, que comprou a licença para a exploração da mina depois do *crash* do mercado de urânio que ocorreu em decorrência do acidente em Fukushima. Assim, a Namíbia manteve apenas 10% do recurso mineral que naturalmente lhe pertencia.

Ainda entende Deboom (2018) que os benefícios associados à parceria China X Namíbia aprofundarão ainda mais as diferenças sociais das parcelas menos favorecidas da população namibiana, sendo os benefícios do acordo altamente positivos apenas para as elites do país africano e, óbvio, para os chineses. A autora, em sua tese, é taxativa ao caracterizar a mina de urânio em Husab como uma iniciativa neocolonial de exploração da Namíbia pela China.

Além disso, o aumento exponencial dos investimentos chineses reflete o aumento da dívida do GRN com a China, que em 2001 representava 10% da dívida externa da Namíbia (EL OBEID; MENDELSON, 2021). Já em 2020, atingia elevados 67,6% do PIB quando somado a dívida pública global, tendo o Presidente namibiano, Hage Geingob, em um de seus discursos, chamado a atenção de seu ministério sobre o risco do aumento do déficit para 2020-2021 que já havia ultrapassado, naquele momento, o limite estabelecido pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹² (EL OBEID; MENDELSON, 2021).

Por fim, é dessa maneira que estudiosos da área de RI têm buscado entender os movimentos econômicos da China na África, inclusive na Namíbia, já sendo farta a literatura que aponta para o endividamento programado como forma de coerção política e de interferências desmedidas de uma nação soberana sobre outra.

2.4.2 A influência militar da China na Namíbia e os conflitos de interesse.

A Área da Defesa faz parte de outra importante face da cooperação sino-namibiana.

¹¹ A CGN é a maior geradora de energia nuclear da China sendo esse acordo final altamente favorável para o governo chinês, representando 70% do total de investimentos da empresa chinesa no exterior (DEBOOM, 2018).

¹² A SADC foi criada 1980 e é uma organização internacional com 15 Estados membros: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabuê. Ela tem como objetivo principal promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da região. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/comunidade-para-o-desenvolvimento-da-%C3%A1frica-austral-sadc/t-19555795>. Acesso em: 21jul. 2022.

Em setembro de 2020 um debate acalorado ocorreu na Assembleia Nacional daquele país africano, versando a respeito da suposta permanência de mais de 3.500 soldados chineses em solo namibiano (EL OBEID; MENDELSON, 2021). Naquela ocasião, tal informação foi negada pelo GRN e pela Embaixada Chinesa em Windhoek, tendo o então Ministro da Defesa, Peter Hafeni Vilho¹³, informado que esses números eram confidenciais. Ressalta-se que, mesmo diante dessas negativas, em 2019, Hage Geingob já havia aberto a Escola de Comando e Estado-Maior da Namíbia, com apoio financeiro da China, em Okahandja (EL OBEID; MENDELSON, 2021).

Ainda em 2017, o Exército de Libertação Popular da China (ELPC) doou dois navios para a Marinha da Namíbia, sendo que no mesmo ano ocorreram especulações sobre a intenção de se estabelecer uma base naval com militares pertencentes ao ELPC em Walvis Bay (EL OBEID; MENDELSON, 2021). A estrutura realmente foi construída, mas foi incorporada e é gerida pelos apenas pelos militares da Marinha da Namíbia.

Outras informações importantes, segundo El Obeid e Mendelsohn (2021), são a de que vários militares namibianos já haviam sido treinados pela academia militar de Xangai e que a Empresa chinesa, Poly Technologies Inc.¹⁴, que se estabeleceu em solo namibiano desde o início da década de 2000, hoje é considerada a mais importante provedora de artefatos militares para o GRN. Essa empresa é responsável, inclusive, por fornecer, entre outros produtos, veículos blindados para transporte de tropa e simuladores para caças Chengdu F-7 e Hongdu KW-8 da Força Aérea da Namíbia (EL OBEID; MENDELSON, 2021).

Um outro fato pouco conhecido se refere à cooperação China X Namíbia na área espacial. Uma estação para pesquisa espacial¹⁵, de rastreamento, telemetria e comando, foi construída pela China na cidade costeira namibiana de Swakopmund, em 2001, tendo a operação do empreendimento ficado a cargo do Centro de Controle de Satélites de Xi'an em Shaanxi - China (GLOBAL SECURITY, 2018).

¹³ Almirante Peter Hafeni Vilho foi Comandante da Marinha da Namíbia entre os anos de 2002 e 2017. Hoje, na reserva, desempenha papel político exercendo o Cargo de Ministro da Defesa e Assuntos de Veteranos da Namíbia.

¹⁴ A Poly Technologies Inc é uma empresa estatal chinesa com foco na produção, importação e exportação de materiais e equipamentos civis e militares.

¹⁵ A Estação Espacial da Namíbia tem por objetivo contribuir para o gerenciamento e o controle dos procedimentos de reentrada e pouso de espaçonaves do programa espacial chinês. Até hoje essa estação espacial chinesa, em solo namibiano, já participou com êxito de seis lançamentos espaciais do governo da China (GLOBAL SECURITY, 2018).

Alguns autores entendem que a facilidade que a China encontra em realizar negócios tão expressivos com a Namíbia, também na área militar, tem sua origem mais uma vez na aproximação das elites namibianas com os chineses, que produzem reflexos com conflitos de interesse em seus cargos estatais.

Mais uma vez, Selma El Obeid e Mendelsohn, (2021), em seu artigo publicado no Periódico do Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI), levantam vários exemplos de casos que sugerem suspeitas de favorecimento mútuo das elites namibianas e os representantes de negócios chineses. Eles citam o fato de a empresa imobiliária, “African Sunrise Investment”, fundada em 2014 ser de tripla sociedade. A empresa pertence ao Presidente Hage Geingob, que detem 20%, junto a Loini Kandume, sua ex-esposa, que é dona de outros 20%, e o capitalista chinês Yuequan Jack Huang¹⁶ responsável pelos 60% restantes. El Obeid e Mendelsohn, (2021) citam ainda, em seu artigo, que Huang foi detido na Namíbia em 2017 sob a acusação de crimes fiscais sendo liberado após pagamento de fiança. Eles acham comprometedor o fato de “o Presidente da Namíbia ser um dos favorecidos deste negócio, além de Helmuth Angula, filho de Loini, ser dirigente da companhia em conjunto com a herdeira do presidente Nangula Axabi Geingob Dukes” (EL OBEID; MENDELSON, 2021, p.23).

Além desses, outros escândalos assolaram o país em 2009. Nesse ano as desconfianças rondaram a aprovação de bolsas de estudo para universidades chinesas cedidas por aquele país aos filhos de funcionários do alto escalão GRN. Entre os agraciados estavam a filha de Hifikepunye Pohamba e mais dois rapazes descendentes de Sam Nujoma (EL OBEID; MENDELSON, 2021), sendo coincidentemente as duas autoridades citadas, ex-presidentes namibianos.

Assim, na mesma direção em que continuam as discussões sobre a excessiva presença de militares chineses no país, de números não acessíveis, caminham as ilações a respeito das vantagens conferidas às construtoras chinesas. Por exemplo, as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Hosea Kutako foram embargadas sob argumentos de corrupção, mas mesmo assim seguem as variadas propostas da China para a liberação de aportes financeiros da ordem de 90% do valor total da reforma (EL OBEID; MENDELSON, 2021).

¹⁶ Yuequan Jack Huang é um megaempresário chinês presidente da empresa responsável por gerenciar boa parte de Pequim, e que possui uma série de expressivos negócios espalhados por várias partes da África. Disponível em: <https://globalcement.com/component/k2/itemlist/tag/Namibia?start=40>. Acesso em: 22jul. 2022.

Em síntese, até aqui este capítulo teve a intenção de permitir ao leitor compreender a histórica importância do continente africano para as principais nações hegemônicas, a partir dos interesses comerciais de Portugal, ainda no Sec. XV, até o atual aquecimento das relações internacionais entre a China e a Namíbia, na área econômico-militar.

Por fim, como veremos a seguir, tal entendimento corroborará para uma compreensão, mais acurada, dos possíveis reflexos das relações sino-namibianas para os anseios geopolítico-militares brasileiros na costa oeste da África.

3 OS ANSEIOS GEOPOLITICO-MILITARES BRASILEIROS

Para melhor compreendermos os assuntos que abordaremos neste capítulo, ao tentar delimitar os anseios geopolítico-militares brasileiros, devemos de antemão buscar deixar claro para o leitor qual o conceito de “geopolítica” utilizaremos a partir daqui.

Para tal, usaremos a definição de Costa (2017) que compreende a geopolítica como a “notável área do saber que floresceu da intersecção da geografia com a história.” Para ele, “a ciência política, a **estratégia**, a **segurança**, a **defesa nacional** e a sua longa e tumultuada trajetória tem sido a seu modo a expressão de importantes transformações do Estado Moderno e das **relações internacionais**” (COSTA, 2017. grifos nossos).

Assim, a partir desse entendimento, compreendemos que será possível apresentar parcela da visão geopolítica militar brasileira, sem deixar dúvidas, usando como base os documentos nacionais condicionantes de mais alto nível que possuam reflexos para/ou com a participação da MB.

Nesse contexto, este capítulo estará dividido em três seções, sendo que as duas primeiras abordarão e delimitarão a visão geopolítica militar brasileira para o Atlântico Sul e a Costa Oeste Africana, se fazendo valer da moldura geográfica e temporal a contar da independência da Namíbia.

Por fim, tal divisão terá como objetivo da terceira seção, compreender a importância da Missão de Assessoria Naval (MAN) na Namíbia, como reflexo da instrumentalização da iniciativa geopolítica nacional brasileira, a contar das assinaturas dos acordos de cooperação, firmados entre ambos os países, a partir de 1994.

3.1 A visão geopolítica militar brasileira voltada ao Atlântico Sul

Como descrito brevemente na introdução deste capítulo, a definição de geopolítica a qual vamos perseguir possui apontada em nossos grifos anteriores, o que consideramos ser parte importante da ideia central de nossas abordagens que estarão implícitas nas laudas que se seguirão.

Dessa forma, poderemos perceber as semânticas de “estratégia”, “segurança”, “defesa nacional” e “relações internacionais” subliminarmente presentes no “DNA” do pensamento geopolítico militar brasileiro, em consonância com os Objetivos Nacionais (ON), refletidos em nossos documentos condicionantes de mais alto nível.

Entendemos que essa correlação existe em virtude do pensamento geopolítico brasileiro ter evoluído a partir da elevada influência, direta ou indireta, dos militares que sempre estiveram profundamente atentos aos assuntos considerados estratégicos ao nosso país (COSTA, 2017).

Tal atenção voltada a geopolítica permanece presente até os dias atuais e pode ser observada, inclusive, na edição de 2020 da Política Nacional de Defesa (PND). O documento, em um de seus trechos, nos alerta que contrariamente ao que se apregoava após o período de Guerra Fria, momento no qual as tensões globais e o próprio processo de globalização atingiram patamares aceitáveis de disputas internacionais, tem-se, nos últimos anos, presenciado o recrudescimento das tensões multinacionais que abrangem, inclusive, áreas de interesse afetas ao Brasil.

Daí advém a importância do acompanhamento permanente e contínuo do cenário internacional que nos levam a novos estudos e a novas projeções, mesmo que ainda não tenham se concretizado por completo.

A PND (2020) também entende que esses atritos são provenientes de novas disputas entre as nações hegemônicas que buscam se manter a frente da corrida pelo predomínio e imposição de suas vontades no palco das nações.

Assim, na busca por resguardar seus interesses, historicamente, o Brasil tem procurado marcar sua presença, em maior ou em menor escala, nas áreas que compreendem seu entorno estratégico.

Tal afirmação também pode ser comprovada nas páginas do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN, 2020) que busca guardar na história, inclusive, as participações brasileiras em operações de paz em território africano. Essa importante publicação nacional não nos deixa esquecer que

desde 1947, o País participa de missões de paz da ONU, tendo já contribuído com mais de 58 mil militares e policiais. Integrou operações na África (Angola, Congo, Etiópia, Costa do Marfim, Libéria, Moçambique, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Síria, Senegal, Sudão, Sudão do Sul e Uganda/Ruanda) [...] (BRASIL, 2020, p. 104).

Dessa forma, buscando orientar-se nos bons exemplos do passado para bem deliberar no presente com o objetivo de projetar corretamente o futuro, é que a MB decidiu contribuir com a visão geopolítica militar brasileira, consolidando seus objetivos em um documento de alto nível, o Plano Estratégico da Marinha (PEM, 2020).

Essa decisão tem por objetivo manter o controle aproximado das oportunidades e das possíveis implicações externas, balizando seus objetivos estratégicos com base nas capacidades e limitações da MB. Vale frisar, em adição, que o PEM (2020) também está vinculado aos documentos de alto nível do Defesa, como por exemplo a PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END), o LBDN e a Política Marítima Nacional (PMN). Ademais, o PEM é também responsável por orientar os planejamentos decorrentes da Força, buscando o total cumprimento da missão da MB.

Assim, é com base no contexto de continuada busca pelo aperfeiçoamento estratégico, responsável por orientar o relacionamento internacional e a ocupação de espaços geopolíticos de interesse da diplomacia brasileira que está amparada a importância do Atlântico Sul.

Contudo, para não passarmos a falsa impressão de que essa porção do Atlântico só se tornou importante agora, é auspicioso citar Castro (1981). Nesse caso a autora já deixava claro em seu livro, “África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais”, a relevância do Atlântico Sul para as relações internacionais desde a descoberta da rota do Cabo (1948).

Na extensa produção científica da autora quase sempre se pode perceber a presença do Atlântico Sul como referência. Ela era taxativa em compartilhar suas ideias de que tal oceano é a ponte para projeção Internacional do Brasil, defendendo sempre a necessidade de uma presença brasileira de forma ativa (CASTRO, 2012).

Castro (2012) apud ARRUDA, 2021, em seu artigo "*América do Sul-Missão Política*", corrobora com essa visão, deixando claro que o Brasil possui vocação natural para exercer sua liderança, que é fomentada pelo Atlântico Sul, a despeito da consolidação dos movimentos de conjuntura política, econômica ou militar da América do Sul.

Nesse diapasão, Therezinha de Castro (2012) também nos permite entender quais condições ou conformidades geológicas, presentes nessa parcela do Atlântico, são responsáveis por favorecer ao Brasil vantagens na área da Defesa.

Assim para Castro (2012), a condição geográfica de fortuna para o Brasil nessa área é atribuída pela elevada importância dos pontos capitais presentes em sua porção Sul. Para a autora, Fernando de Noronha, Trindade e Malvinas são defesas naturais para o nosso país. Em uma de suas teorias mais famosas, a da triangulação das ilhas, suas convicções contribuíram no passado, até mesmo, para que surgissem rumores acerca do suposto alinhamento do Brasil com a Argentina, por ocasião da Guerra das Malvinas em 1982 (ARRUDA, 2021).

Desse modo, após entendermos a importância histórica de parte desse oceano, já podemos retornar a visão geopolítica de aspecto militar para os dias atuais. É nesse contexto que o Atlântico Sul ganha importância especial diante da PND (2020) por ser considerado parte indissociável do nosso entorno estratégico, do qual ainda fazem parte a América do Sul, os países da costa ocidental da África e a Antártida.

O PEM (2020) também destaca que a Política Naval considera o Atlântico Sul prioritário no desenvolvimento de suas estratégias, compreendendo os seguintes limites geoestratégicos:

ao Norte, o paralelo 16º N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, **pelo litoral da África Ocidental**; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite de 16º N tem o objetivo de compreender (...) **áreas consideradas vitais**: a que abarca a zona compreendida entre os salientes nordestino e o **ocidental africano**[...] (PEM, 2020, p. 20, grifos nossos).

Em complemento, não podemos nos esquecer de adicionar à importância do Atlântico Sul para o Brasil, no que diz respeito ao Tratado da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁷. Essa iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU),

¹⁷ A ZOPACAS é representada no LBDN (2020, p. 17), como sendo “uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e da cooperação entre seus Estados-membros”. A ZOPACAS, também, inclui compromissos com a conservação do meio ambiente marinho e a promoção do desenvolvimento sustentável.

estabelecida em 1986, por meio da Resolução nº 4, de 2011, de sua Assembleia Geral é o mais importante fórum de discussões a respeito das ações de segurança nessa parte do Atlântico.

Por fim, encerramos essa seção com a importante direção geoestratégica dada pela END (2020, p.33), que é taxativa em afirmar que o fortalecimento da ZOPACAS “contribuirá para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul”.

3.2 A Costa Oeste Africana como limite leste da visão geopolítica militar brasileira.

Na seção anterior buscamos entender a importância do Atlântico Sul no contexto geopolítico brasileiro. Mas, como todo bom quadro, o mar que desperta no Brasil a natural vocação para a liderança regional também precisa de uma boa moldura, de um limite, pois não são infinitas as aspirações ou preocupações nacionais.

É assim que na busca desse limite geoestratégico, Castro (1981) reforça a ideia de que a geografia continental brasileira nos impulsiona sobre o mar em direção do continente africano. Nesse sentido a autora é categórica em afirmar que essa aproximação pode ser facilmente observável a partir do momento em que Recife está mais perto da África Ocidental do que de Buenos Aires.

Segue Castro (1981) lembrando, mais uma vez, que os aspectos geopolíticos e geohistóricos, após a Segunda Guerra Mundial, posicionavam o Brasil e a África, novamente frente a frente, seja pelo Brasil estar buscando impulsionar seu desenvolvimento, seja pela África estar em processo de reconstrução após o período de colonialismo clássico.

Um bom exemplo da visão geoestratégica brasileira para esse período também pode ser extraído do mesmo livro de Castro (1981). Comprovando tal tese, a autora relembra a mensagem que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira apresentou ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1959, que afirmava que os países africanos e asiáticos, já na década de cinquenta, demonstravam inegável interesse em se tornarem livres e independentes, na sua incansável busca por melhoria do padrão de vida de sua população.

Assim, no século XIX, lembrando a já citada Conferência de Berlim, o continente africano foi, no contexto das disputas multinacionais, o objeto de atrição e desejo das nações hegemônicas.

Nas últimas décadas, esse continente se encontra, mais uma vez, posicionado como o palco das rivalidades entre as principais nações do Leste e do Oeste. Para Castro (1981) é nesse período que o Brasil surge para o mundo como um ator internacional de considerável relevância por ser uma potência emergente em um ambiente internacional onde a característica principal traduz-se na necessidade de se ocuparem espaços geopolíticos por meio do impacto positivo das relações internacionais.

Relembra Castro (1981) que essa ligação com a África não é apenas uma vocação puramente geográfica e que o jovem Brasil após completar poucos anos de ocupação portuguesa já recebia escravos africanos em seu território. Recorda ainda a autora que até o início do Século XIX, momento no qual a África ainda não havia sido conquistada totalmente pelos europeus, que no Brasil já existiam mais negros do que brancos. Segundo Balbi apud Nina Rodrigues em “Os Africanos no Brasil”, em “1818 conviviam aqui cerca de 1.043.000 brancos ao lado de 2.215.000 negros, em sua maioria escravos” (CASTRO, 2018, p. 118).

É desde esse período histórico que, devido a sua elevada importância, a costa ocidental africana complementa o nosso entorno estratégico, sendo essa parcela continental parte integrante das afirmações geopolíticas brasileiras.

Podemos observar aqui, também, que os reflexos do passado continuam a moldar o presente e a projetar as aspirações geopolíticas nacionais para o futuro, inclusive no que diz respeito em se manterem abertas as portas para o comércio exterior.

Em direção de tal afirmativa novamente evocamos o PEM (2020) que prevê, em adição, que a África ocidental, além da América do Sul e da Antártica são detentoras de importantes reservas de recursos naturais.

Para reforçar esse contexto voltaremos a citar o PEM (2020) que é taxativo em reafirmar a importância da consolidação da ZOPACAS para o Brasil, com o objetivo de afastar a possibilidade de interferências externas na busca por interesses ilegítimos nessa parcela importante de nossa zona de influência. Esse documento prevê que muitos são os interesses internacionais disfarçados de intenções positivas, que tem como objetivo real a busca por commodities e minerais raros através de vácuos de influência geográfica.

Corroborando ainda esse cenário de incertezas, o mesmo documento adiciona outra questão peculiar que merece especial atenção ao citar as ações de pirataria que têm sido bastante observadas próximas à margem da costa da África. Regiões tais como o Golfo da Guiné, que fazem parte também do entorno estratégico brasileiro, tem diuturnamente

sofrido com o incremento das ações de saqueadores, evidenciando a necessidade de se fortalecer o Poder Naval Brasileiro e a ZOPACAS, na busca de se ampliar a efetiva dissuasão estratégica (PEM, 2020).

Conforme pudemos observar, a costa oeste africana traz consigo elementos geopolíticos que requerem a atenção e o estudo permanentes por parte da geopolítica-militar brasileira, não sendo possível esgotar, a tempo algum, nenhuma possibilidade que possa envolver essa região.

3.3 A Missão de Assessoria Naval na Namíbia a partir dos Tratados de Cooperação Naval e na Área da Defesa, firmados a contar de 1994.

As relações institucionais entre o Brasil e a Namíbia se fazem presentes desde antes mesmo da própria independência desse jovem país, conquistada na década de 1990 (CASTRO, 1981). A vocação natural para essa aproximação, que tem por ponte o Atlântico Sul, aponta para o status, diante dos interesses geopolíticos brasileiros, de território de elevada importância.

Vale ressaltar que o Brasil, ao apoiar inicialmente a emancipação da Namíbia, não se afastou de sua histórica posição pacífica, em termos de política externa.

Novamente segundo Castro (1981), essa posição política brasileira fez com que fossem inviabilizados entendimentos iniciais com a SWAPO, que era até então, como já dito no capítulo anterior, o principal movimento revolucionário emancipacionista da Namíbia. Em virtude disso, o governo brasileiro só reconheceu, como organização representativa do povo namibiano, a comissão que fora criada pela ONU para tratar das questões da independência daquele país africano (CASTRO, 1981).

Assim, na esteira desse apoio diplomático inicial prestado pelo Brasil, ao que seria anos depois reconhecido como o território independente da República da Namíbia, o governo brasileiro, em 1976, contribuiu com US\$ 15 mil para o Instituto Namíbia, tendo somente anos após, a partir da evolução dos fatos, reconhecido oficialmente a participação da SWAPO como ator importante na busca pela independência (CASTRO, 1981). Tal fato ficou marcado na história com o pronunciamento do Ministro Saraiva Guerreiro, que, em setembro de 1980, no discurso de abertura da 35ª Assembleia-Geral da ONU, reafirmou o apoio brasileiro à independência daquele país (CASTRO, 1981).

Com a independência namibiana iniciaram-se, de forma oficial, as relações políticas recíprocas entre o Brasil e a Namíbia tendo como ponto de inflexão a criação da embaixada brasileira em Windhoek, no mesmo ano (BRASIL, 2021).

Nos anos que se seguiram, as relações entre ambos os países se tornaram mais estreitas, refletindo no incremento das atividades diplomáticas que se traduziram na assinatura de vários acordos. O ano de 1994 marca o início da cooperação naval e o de 1995, a da cooperação técnica. Já em 2009 é firmada a assinatura do acordo cooperação em matéria de defesa, que só entraria em vigor, em 2011 (BRASIL, 2021).

Pode-se inferir que, de todos os acordos assinados, o de cooperação naval é o mais importante, sendo o primeiro navio brasileiro a atracar em Walvis Bay, a Fragata Niterói, no ano de 1994 (BRASIL, 2021). Tal acordo tem como objetivo assessorar a Namíbia na criação e na formação de sua “Ala Naval da Força de Defesa; pela assistência na organização do Serviço de Patrulha Naval; pelo assessoramento para aquisição de meios; e pela assistência ao desenvolvimento de infraestrutura e suporte logístico à Ala Naval” (BRASIL, 2021, p. 07).

Sob a égide do mesmo acordo, o Brasil tem desempenhado papel de elevada importância na formação dos militares (Oficiais e Praças) da Marinha da Namíbia. Seja em território brasileiro, seja em Walvis Bay - NA, local onde a MB mantém ativa a MAN e o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), já haviam sido formados até 2021 um total de 673 soldados, 243 cabos e 15 sargentos, sem contar a formação de parcela expressiva da Oficialidade, o que perfaz um total de mais de 1.000 militares (BRASIL, 2021).

Ainda no rol de apoios relevantes prestados pela MB, encontram-se: a ajuda na coleta de dados para a cartografia da plataforma continental namibiana; a confecção do Relatório de Submissão às Nações Unidas, apresentado pela Namíbia à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC); a doação em 2004 da Corveta Purus, rebatizada de NS Lt-Gen Dimo Hammambo; e a assinatura, também em 2004, do acordo para a entrega de um navio-patrulha de 200 toneladas, Classe Grajaú, e duas lanchas-patrulha classe Marlim, sendo todos os projetos entregues em 2009 e construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE) (BRASIL, 2021).

Para prestar os apoios citados e cumprir com os acordos, entende a Doutrina Militar Naval (DMN) que existem várias maneiras de se empregar o Poder Naval em períodos de paz. Esses apoios são capazes de favorecer as relações político-internacionais do Brasil,

para além das Operações de Paz (OpPaz), que, por vezes, ficam sob o comando de organizações internacionais.

Como exemplo de ações importantes nessa área que merecem citação, encontram-se a de apoio técnico-militar a Forças Armadas estrangeiras. Esses apoios se dão de variadas formas: por meio de cursos, estágios, conclaves, simpósios, intercâmbios, inspeções técnicas ou administrativas e até mesmo por meio da MAN ou de Grupos Técnicos (ORIP, 2017).

Assim, para compreendermos a importância da MAN, é necessário lembrarmos o que os documentos de alto nível da geopolítica militar brasileira reforçam a respeito.

É nesse contexto que o fortalecimento das relações bilaterais entre ambos os países, por meio da MAN, reveste-se de importância. Missões como essa, como previsto e incentivado pela END (2020) servem para promover e ampliar a colaboração, inclusive, entre os países banhados pelo Atlântico Sul, que inclui nesse caso, a Namíbia.

Além disso, ressalta-se que esse tipo de cooperação promovida pela MAN corrobora para a própria Missão da Marinha do Brasil que é a de

preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o **apoio à Política Externa** (PEM, 2020, p. 08, grifos nossos).

Segue o PEM (2020) reforçando esse entendimento de que, em que pese o interesse por vezes compartilhado por várias nações em se manter a segurança das vias marítimas por meio da cooperação para a defesa, devem as MAN serem priorizadas com o objetivo de fortalecer essas alianças cooperativas no Atlântico Sul com vistas a elevar o prestígio brasileiro diante de suas relações internacionais.

O próprio LBDN (BRASIL, 2020) adiciona importância as MAN ao ser enfático em reforçar parte da missão da MB complementando que faz parte da estratégia desta Força buscar manter estreitas relações de amizade com outras marinhas por meio de atividades de cooperação e intercâmbio.

Nesse contexto, a PND (2020) mais uma vez não fica para trás, incluindo como um dos Objetivos Nacionais de Defesa (OND), o de nº VIII, a necessidade de se incrementar a cooperação com outros países, com o objetivo de aumentar a influência brasileira no concerto das nações.

Nessa direção, pode-se extrair novamente da própria PND (2020, p. 25) as Ações Estratégicas de Defesa (AED) de nº 79 e de nº 80 que, respectivamente, entendem a importância de se “Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais” e de se “Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países”.

Dessa forma, por meio da bibliografia apresentada, fica demonstrada a importância das MAN, dentre outras iniciativas da política externa brasileira. Pode-se observar, inclusive, que elas colaboram para o atingimento dos OND através do incremento da confiança mútua entre as nações ao fortalecer os laços de amizade que permitem um ambiente de elevada camaradagem e cooperação.

4 CONCLUSÃO

Para um trabalho como este, não é prevista a possibilidade de se projetarem tendências geopolíticas futuras em termos de afirmações imprevisíveis. Em virtude disso, não teremos a pretensão, na conclusão, de inferir possibilidades geoestratégicas inaceitáveis, tendo apenas o desfecho dessa monografia, caráter de alerta.

Com esse objetivo, precisamos ter atenção aos indícios que se apresentam nas bibliografias apresentadas e que nos permitem traçar tendências com base em uma linha do tempo que se ancora desde o passado até o presente e que nos induz a olharmos para uma direção a qual, aparentemente, está sendo perseguida pela China na Namíbia. Como se pode observar, esses indícios estão expostos em livros históricos, leis brasileiras revisadas, documentos de alto nível e produções acadêmicas atuais.

Assim se considera, em tese, necessário e auspicioso, não ser refutada a possibilidade de reflexo das relações sino-namibianas para a MAN, como parcela da expressão da geopolítica brasileira, a conclusão a que se chegou.

Nesse contexto, é inegável que existe a possibilidade de implicações para a MAN com reflexos para os acordos de cooperação firmados entre o Brasil e a Namíbia, a partir do momento em que é possível um estreitamento ainda maior das relações políticas entre a China e este país africano. Como exemplos de possíveis impactos dessa relação poderíamos citar, entre outros, a possibilidade de a Namíbia tornar-se um trampolim para a China se apresentar como um novo ator relevante no Atlântico Sul, o que concorreria para a

diminuição do *Soft Power* brasileiro na região ou, até mesmo, a redução da influência do Brasil junto ao GRN, o que dificultaria, no futuro, possível fornecimento de bens e serviços ligados à indústria naval ou outras áreas.

Nesse contexto, é plenamente factível que tal acentuamento de vínculos, entre ambos os países, produzam reflexos para os interesses geopolíticos brasileiros, na medida em que as elites econômicas namibianas se confundem com os atores estatais responsáveis por decidir as direções políticas a serem seguidas pelo GRN.

Acrescenta-se a isso a teoria de “Armadilha da Dívida” que, embora ainda incipiente, aos poucos vem fazendo parte do senso comum compartilhado entre os estudantes da área de RI, principalmente quando se trata da política externa chinesa. Nesse caso, em tese, parte da autonomia nas decisões do GRN poderiam, inclusive, ser usurpadas no futuro pelo governo chinês, em detrimento da histórica parceria existente entre o Brasil e a Namíbia.

Dessa forma, em decorrência das informações levantadas, é lícito postular que na medida em que os interesses geopolíticos brasileiros também se fazem presentes na região, que seja mantido para os anos posteriores o mesmo tema deste trabalho na lista de escolha dos alunos da EGN. Tal proposta visa manter o contínuo acompanhamento que o importante assunto merece, com o objetivo de se garantir a permanente contribuição acadêmica, por parte dessa renomada Escola, para os assuntos estratégicos do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris. **African Politics**. EUA e Canadá. Routledge. 2013.

ARRUDA, J. O. **A contribuição do pensamento geopolítico brasileiro para a formulação da estratégia de inserção do Brasil na África no século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão de Processos.). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10133/1/MO%206495%20-%20Joel%20de%20Oliveira%20ARRUDA.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

APARTHEID. In: Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/apartheid>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

BBC NEWS BRASIL. **Mapa do investimento chinês na África revela destino de us\$ 75 bi**. 30 abr. 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130430_china_africa_ru#:~:text=No%20total%2C%20foram%20reunidos%20dados,%20e%20Qu%C3%AAnia%20\(151\)](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130430_china_africa_ru#:~:text=No%20total%2C%20foram%20reunidos%20dados,%20e%20Qu%C3%AAnia%20(151)). Acesso em: 3 maio 2022.

BORGES, Antônio Fernando. Dossiê China. **Gazeta do Povo**, Curitiba: 2022. 92 p. *E-book*.

BRASIL. **Agência Senado Brasil**. Plenário aprova indicação de Vivian Loss Sanmartin para embaixada na Namíbia, 1 dez. 2021, Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/01/plenario-aprova-indicacao-de-vivian-loss-sanmartin-para-embaixada-na-namibia>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.esg.br/publi/politica-nacional-de-defesa-e-estrategia-nacional-de-defesa-2020.pdf/view>>. Acesso em: 26 março 2022
MAPA DO INVESTIMENTO CHINÊS NA ÁFRICA REVELA DESTINO DE US\$ 75 BI:

BRASIL. **Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040**. Estado Maior da Armada. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html>. Acesso em: 13 abril 2022.

BRASIL. **Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 28 março 2022.

BRASIL. **Orientação Permanente (ORIP)**, 30/11/1997. Missão de Assessoria Naval na Namíbia. OriP da MAN-Namíbia, Walvis Bay – NA.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Ofício Nº 901/2021/SG/PR/SG/PR. **Indicação de autoridade**: Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,

para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia., Brasília, ano 2021, n. 901, p. 1-33, 4 nov. 2021. Disponível em: <tps://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?mimeht=application/pdf&disposition=inlin e&dm=9036097>. Acesso em: 27 maio 2022.

CAMARA DE COMERCIO E INDUSTRIA PORTUGUESA (CCIP). Newsletter Internacional/Em análise: **Magrebe/A** urgência do desenvolvimento. Disponível em: <https://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/223-em-analise-magrebe#:~:text=O%20Magrebe%2C%20em%20estreito%20contacto,%2C%20Marrocos%2C%20Maurit%C3%A2nia%20e%20Tun%C3%ADsia>. Acesso em: 07 de ago. de 2022.

CAI, Peter. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute for international policy**, 22 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2UIS5xf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CASTRO, Therezinha de. **África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 181 p. v. 189.

CASTRO, Therezinha de. **América do Sul: vocação geopolítica**. Revista da Escola **Superior de Guerra** Rio de Janeiro, Brasil, 2012. <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/235/210>

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook: Economic Overview**. 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/namibia/#economy>. Acesso em: 28 maio 2022.

CHERU, Fantu; OBI, Cyril. **The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions**. Londres e Nova York: Zed Books, 2010. 276 p. v. Vol. 1.

CONSULADO NAMÍBIA RIO. **Investimento Chinês na Namíbia rende Us\$ 4,6 Bilhões por ano**. 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www.consuladonamibia.com.br/2018/09/investimento-chines-na-namibia-rende-us-46-bilhoes-por-ano/>. Acesso em: 13 maio 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L'Espece Politique*. **Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique**, n. 31, 2017.

DEBOOM, Meredith J. **Developmental Fusion: Chinese Investment, Resource Nationalism, And the Distributive Politics of Uranium Mining in Namibia**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculty of the Graduate School of the University of Colorado, Colorado, 2018.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/comunidade-para-o-desenvolvimento-da-%C3%A1frica-austral-sadc/t-19555795>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

EL OBEID, Selma; MENDELSON, John. Namibia's Fair-Weather Friends and One All-Weather Friend. *Études de L'IFRI*. **The French Institute of International Relations (Ifri)**. França, 2021, p. 1-38, 1 set. 2021. Disponível em:

https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/el_obeid_mendelsohn_namibia_2021.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBAL SECURITY. Swakopmund, Namibia. Washington DC, 26 ago. 2018. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/space/world/china/swakopmund.htm>. Acesso em: 19 maio 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica** A Nova Rota Da Seda E A Projeção Econômica Internacional Da China: Redes De Financiamento, Fluxos De Investimento Externo Direto (Ied) E Contratos De Construção. Brasília, ed. 1ª, 10 nov. 2021.

KENNEDY, Ellen J. **China in Namibia**, [S. l.], 1 set. 2017 p. 1-3. Disponível em: <http://worldwithoutgenocide.org/wp-content/uploads/2021/04/China-in-Namibia-Updated-Images.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

KANDJOZE, Obeth Mbuipaha. What the Constitution and the Petroleum Act say on ownership of oil discoveries. Think-peace. **Namibian Presidency**, Windhoek - NA: 5 abr. 2022. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0f8Zmh3jNfjhShoQF4PcEQv6RneVpFQX9cHwk6iq1VvZJiu959jcynvJNG4yys3uRI&id=100064770096269&sfnsn=mo. Acesso em: 5 abr. 2022.

KROEBER, A. **China's Economy: what everybody needs to know**. Oxford University Press, 2020.

MELBER, Henning. China in Namibia: An 'All-Weather Friendship' Examined. **Afriche e Orienti**, v. 20, n. 1-2, p. 7-23, 2018.

NATUSCH, Igor. Como Portugal moldou a história do continente africano: os portugueses foram os primeiros europeus a chegarem à África. **Super Interessante**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/como-portugal-moldou-a-historia-do-continentes-africano/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PARKER, Sam; CHEFITZ, Gabrielle. **China's Strategic Leveraging of its Newfound Economic Influence and the Consequences for U.S.** Foreign Policy. Debtbook Diplomacy, Policy Analysis Exercise. **Belfer Center for Science and International Affairs**. Harvard Kennedy School. May 24, 2018. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/debtbook-diplomacy>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). **Conferência de Berlim: Relações Diplomáticas**. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SAMPAIO, Thiago Henrique. Geografia e Colonialismo: A Sociedade de Geografia de Lisboa na virada de oitocentos. **XIII SEMANA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNESP: CULTURA E DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 13, p. 1-10, 2015.

SANTOMAURO, Beatriz. O que foi a Conferência de Berlim? **Revista Nova Escola**, 07/03/2018. Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/256/o-que-foi-a-conferencia-de-berlim#:~:text=Foi%20um%20evento%20que%20ocorreu,\(atuais%20%C3%81ustria%20e%20Hungria\)](https://novaescola.org.br/conteudo/256/o-que-foi-a-conferencia-de-berlim#:~:text=Foi%20um%20evento%20que%20ocorreu,(atuais%20%C3%81ustria%20e%20Hungria).). Acesso em: 08 de ago. de 2022.

SHAREAMERICA. **Estudo da Harvard adverte sobre perigosa 'diplomacia da armadilha da dívida'**. 1 mar. 2019. Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/u-s-aid-avoids-debt-trap-diplomacy/>. Acesso em: 9 maio 2022.

SECRETARIADO PERMANENTE DO FÓRUM PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (MACAU). Delegação do Secretariado Permanente do Fórum de Macau visitou a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, 04-08-2022. Disponível em: <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/delegacao-do-secretariado-permanente-do-forum-de-macau-visitou-a-zona-de-cooperacao-aprofundada-entre-guangdong-e-macau-em-hengqin/>. Acesso em: 06 de ago. de 2022.

SHAHEEN, Therese. A predatória "diplomacia da armadilha da dívida" da China ameaça o Pacífico Sul. **Gazeta do Povo**. 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/a-predatoria-diplomacia-da-armadilha-da-divida-da-china-ameaca-o-pacifico-sul/>. Acesso em: 9 maio 2022.

SILVA, Priscila Velozo da. O movimento geográfico luso e a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa. **Revista TransVersos**, v. 3, n. 3, p. 92-106, 2015.

SILVA, S. C. C. dos S. **A Conferência de Berlim: Uma visão contemporânea dos problemas de interpretação**. Angola: Paulinas Editora, 2014. 142 p.

SILVA, D. Neves. **Conferência de Berlim**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm>. Acesso em 27 de abril de 2022.

TAYLOR, Ian. **China and Africa – Engagement and compromise**. EUA e Canadá. Routledge. 2006.

VALOR ECONÔMICO. **Estes são os Países com Maior Número de Reatores Nucleares no Mundo: Ucrânia e Rússia estão na Lista com as maiores potências da Energia Nuclear Do Mundo**. São Paulo, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/03/04/os-paises-que-sao-as-maiores-potencias-da-energia-nuclear-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

WANG, Kai. A China Está se aproveitando de Países Pobres com 'Armadilha Da Dívida'? **BBC News Brasil**. 8 jan. 2022. São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59895468>. Acesso em: 9 maio 2022.

WORDEN, Nigel *et al.* **Cape Town: The Making of a City.** David Philip Publishers, 2002. 283 p. ISBN 0-86486-435-3.

ANEXOS

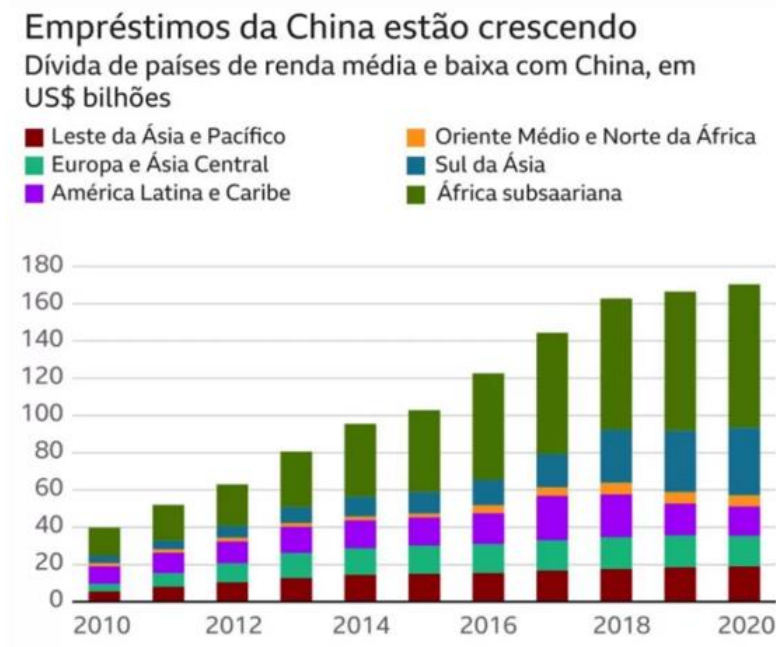


Figura – 1 Política de Empréstimos da China
Fonte: BBC News Brasil (2022)

Contents	
Introduction	\$3.56 billion (2020 est.) note: data are in current year dollars
Geography	\$4.56 billion (2019 est.) note: data are in current year dollars
People and Society	\$4.95 billion (2018 est.) note: data are in current year dollars
Environment	country comparison to the world: 139
Government	<u>Exports - partners</u>
Economy	China 27%, South Africa 18%, Botswana 8%, Belgium 7% (2019)
Energy	<u>Exports - commodities</u>
Communications	copper, diamonds, uranium, thorium, gold, radioactive chemicals, fish (2019)
Transportation	
Military and Security	
Transnational Issues	

Figura – 2 Principais Parceiros Comerciais da Namíbia
Fonte: CIA (2022)

Os países com maior número de reatores nucleares

País	Reatores	Capacidade energética (Megawatts)
Estados Unidos	93	95523
França	56	61370
China	54	50789
Rússia	38	28578
Japão	33	31679
Coreia do Sul	24	23150
Índia	23	6885
Canadá	19	13624
Ucrânia	15	13107
Reino Unido	11	6848

Figura – 3 Ranking da Produção de Energia Nuclear
Fonte: Valor Econômico (2022).